

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.285 - RS (2015/0303365-0)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : LATCO BEVERAGES INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA**  
**ADVOGADOS : MARCIO RODRIGO FRIZZO E OUTRO(S) - PR033150**  
**MARCIO LUIZ BLAZIUS - PR031478**  
**RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DE TESE. SÚMULA 282/STF. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO NOS DISPOSITIVOS INDICADOS. SÚMULA 284/STF. RECURSO NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 185):

TRIBUTÁRIO. PARCELAMENTO. REFIS. LEI Nº 11.941/2009. AUSÊNCIA DE ANATOCISMO. SELIC SOBRE MULTA DE MORA E DE OFÍCIO. REDUÇÃO DOS JUROS SOBRE A MULTA (60%). SELIC SOBRE AS PARCELAS. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADES E IRREGULARIDADES NA CONSOLIDAÇÃO.

1. A incidência da SELIC sobre o montante dos débitos a serem parcelados decorre de previsão legal legítima no âmbito da transação realizada, da qual estava plenamente ciente a parte autora quando anuiu com as condições legais. Ademais, a considerar a forma como é calculada (mediante somatório dos percentuais mensais), não configura anatocismo.
2. Reconhecida a legalidade da incidência da SELIC sobre a multa de mora e de ofício.
3. Na hipótese do parcelamento a multa sobre o débito subsiste, de forma que os juros a ela correspondentes estão sujeitos apenas à redução legal prevista especificamente para tal encargo. Assim, não há falar em redução de juros sobre a multa no montante de 60% como pretende a parte autora. Eventual quantia devida a título de juros sobre as multas de mora e de ofício, se existente, terá a mesma redução válida para os juros sobre a dívida originária.
4. Não havendo qualquer disposição legal a respeito da não incidência da SELIC sobre os valores incluídos no parcelamento, a não ser as reduções específicas previstas na Lei nº 11.941/09, não há como afastar a sua utilização no caso em testilha.

Embargos de declaração rejeitados às fls. 212-213.

O recorrente alega violação do art. 535 do CPC/73 (apenas no caso de não se entender pelo prequestionamento integral da matéria); 1º, § 3º da Lei nº 11.941/09; 13 da Lei nº 9.065/1995; 61 da Lei nº 9.430/96; e 161 do CTN. Sustenta que **i)** "(...) sob a premissa de que o acessório segue o principal, tem-se que os juros sobre a multa devem seguir a mesma redução outorgada a esta." (fl. 232); **ii)** "a incidência da Selic sobre o valor consolidado se encontra em desacordo com a essência da Lei nº 11.941/09." (fl.

234); **iii)** "o anatocismo é vedado em matéria fiscal, sendo pacífico o entendimento no ordenamento jurídico pátrio que a taxa Selic deve incidir somente sobre o valor principal do débito" (fl. 235); e **iv)** em relação à incidência da taxa Selic sobre os valores consolidados, "inexiste previsão legal quanto ao montante referente à multa de ofício e à multa de mora, conforme resta evidente da análise da Lei nº 11.941/09." (fl. 236).

Contrarrazões às fls. 267-269.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 277.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

**1) Da violação ao art. 1º, § 3º da Lei nº 11.941/09, referente à redução dos juros sobre a multa nos mesmo percentuais da redução desta.**

No que diz respeito a tese, à fl. 232, de que "(...) sob a premissa de que o acessório segue o principal, tem-se que os juros sobre a multa devem seguir a mesma redução outorgada a esta", verifica-se que não houve juízo de valor por parte da Corte de origem, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se ao caso a Súmula 282/STF.

Frise-se, por oportuno, que, nos embargos de declaração opostos na origem, não se aventou tal discussão, não sendo possível, assim, sanar eventual vício relativo à aplicação dos aludidos dispositivos legais.

**2) Da violação à Lei n. 11.491/09, referente à impossibilidade de incidência dos juros sobre o valor consolidado.**

Quanto à questão referente à impossibilidade de incidência dos juros sobre o valor consolidado, o recorrente apenas alegou que "a incidência da Selic sobre o valor consolidado se encontra em desacordo com a essência da Lei nº 11.941/09." (fl. 234).

A não indicação de normativos de lei federal ou tratado supostamente violados pelo acórdão recorrido inviabiliza a exata compreensão da controvérsia e impede o conhecimento do recurso especial por deficiência na argumentação recursal, a teor da Súmula 284/STF.

**3) Da violação ao 13 da Lei nº 9.065/1995, referente a não incidência de juros sobre juros.**

Não é possível conhecer do recurso especial que apresenta suposta violação do art. 13 da Lei nº 9.065/1995, pois o dispositivo indicado como malferido não contém comando normativo capaz de sustentar a tese deduzida - de que houve anatocismo - e infirmar a validade dos fundamentos do acórdão recorrido.

**4) Da violação ao arts. 61 da Lei nº 9.430/96; e 161 do CTN, referente a não incidência de juros sobre as multas de ofício e de mora.**

No que diz respeito a tese de que inexiste previsão legal, quanto ao montante referente à multa de mora, verifica-se que não houve juízo de valor por parte da Corte de origem, e tampouco ventilou-se esse debate nos embargos opostos, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se ao caso a Súmula 282/STF.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 23 de agosto de 2019.

**MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**

Relator

